

1. DESIGNAÇÃO DA AÇÃO DE FORMAÇÃO

Avaliação externa da dimensão científica e pedagógica

2. RAZÕES JUSTIFICATIVAS DA AÇÃO E SUA INSERÇÃO NO PLANO DE ATIVIDADES DA ENTIDADE PROPONENTE

De acordo com o estabelecido no Estatuto da Carreira Docente, na redação que lhe é conferida pelo Decreto-Lei n.º 41/2012, de 21 de fevereiro, a avaliação do desempenho do pessoal docente visa a melhoria da qualidade do serviço educativo e da aprendizagem dos alunos, bem como o desenvolvimento pessoal e profissional dos docentes.

O sistema de avaliação instituído pelo Decreto Regulamentar n.º 26/2012, de 21 de fevereiro, introduziu alterações face aos sistemas anteriores, designadamente quanto à simplificação de procedimentos, à promoção de ciclos mais longos de avaliação e à introdução de uma dimensão externa centrada na observação de aulas.

A avaliação externa do desempenho docente, consignada no Estatuto da Carreira Docente, envolve a organização de formação para avaliadores externos, de acordo com o estabelecido no n.º 4 do artigo 30.º do Decreto Regulamentar n.º 26/2012, de 21 de fevereiro.

Nesse sentido, é fundamental concretizar um dispositivo de formação orientado especificamente para os avaliadores externos, atendendo à importância que a componente externa assume no modelo de avaliação enformado pelo Decreto Regulamentar n.º 26/2012.

Acresce que a avaliação externa realizada por pares, tal como está prevista no atual regime, constitui uma reconhecida inovação relativamente às práticas de avaliação do desempenho docente em Portugal, exigindo competências específicas em domínios como a observação de aulas, a utilização de instrumentos de registo, a aplicação de referenciais, entre outros. Na conceção desta formação consideram-se como elementos de enquadramento o quadro normativo da avaliação externa do desempenho docente, com destaque para os parâmetros estabelecidos a nível nacional, bem como os modelos de referência para os instrumentos de registo a utilizar na observação de aulas. Nesta perspetiva, esta formação constitui-se como uma estratégia fundamental para o reforço e

consolidação das competências do avaliador externo, de acordo com o previsto no artigo 4º do Despacho normativo n.º 24/2012, de 26 de outubro.

Esta ação de formação que se propõe à acreditação traduz uma opção estratégica para o desenvolvimento do sistema educativo. Sendo um programa de formação de âmbito nacional, a Direção-Geral da Administração Escolar (DGAE), no âmbito da sua competência de concretização das políticas de desenvolvimento dos recursos humanos relativas ao pessoal docente, é a entidade proponente desta ação de formação, concretizando-se a sua implementação territorial a partir da rede dos Centros de Formação de Associações de Escolas.

Neste processo de formação, compete à DGAE, de acordo com as orientações da tutela, a concetualização do dispositivo, a seleção dos formadores, a criação de condições de realização, o acompanhamento, a monitorização e a avaliação da implementação da formação.

3. DESTINATÁRIOS DA AÇÃO

Educadores e professores do ensino básico e secundário

4. OBJETIVOS A ATINGIR

- Melhorar a qualificação dos avaliadores externos no âmbito do processo de avaliação externa do desempenho docente;
- Proporcionar uma leitura reflexiva e convergente do quadro normativo da avaliação externa do desempenho docente;
- Promover o desenvolvimento de competências de avaliação externa no âmbito do quadro nacional de referência;
- Desenvolver competências no âmbito da observação de aulas, designadamente na aplicação de instrumentos de registo e utilização dos parâmetros nacionais de avaliação externa;
- Explicitar o processo de classificação no âmbito da avaliação externa, tendo em conta a articulação entre os instrumentos de registo da observação de aulas e os parâmetros nacionais da dimensão científica e pedagógica;
- Promover o trabalho colaborativo e a partilha de experiências entre avaliadores externos.

5. CONTEÚDOS DA AÇÃO (Discriminando, na medida do possível, o número de horas de formação relativo a cada componente)

1 - Quadro normativo da avaliação do desempenho docente: uma perspectiva global e integrada – 2 horas

- 1.1. Princípios orientadores
- 1.2. Componentes da avaliação de desempenho docente
- 1.3. Dimensões da avaliação
- 1.4. Elementos de referência (componente interna e componente externa)
- 1.5. Intervenientes e respetiva articulação
- 1.6. Procedimentos de avaliação: projeto docente, observação de aulas e autoavaliação

2 - A componente externa da avaliação do desempenho docente: orientações e procedimentos – 1 hora

- 2.1. Competências do avaliador externo
- 2.2. Observação de aulas
- 2.3. Instrumentos de apoio: guião de observação, parâmetros e níveis de desempenho
- 2.4. Procedimentos: preparação, observação, autoavaliação e classificação.

3 - Intervenção do avaliador externo – 12 horas

- 3.1. Ética e deontologia na avaliação do desempenho docente – 1 hora
 - 3.1.1. Quadro ético-deontológico da profissionalidade docente
 - 3.1.2. Princípios gerais da avaliação de desempenho
 - 3.1.3. Relação avaliador-avaliado: deveres mútuos.
- 3.2. Referencial de avaliação externa: parâmetros nacionais da avaliação da componente científica e pedagógica – 2 horas
 - 3.2.1. Os quadros de referência na avaliação da prática profissional
 - 3.2.2. O quadro de referência da avaliação externa: parâmetros e níveis de desempenho
 - 3.2.3. Lógica de operacionalização do quadro de referência da avaliação externa
- 3.3. Observação de aulas: instrumentos, intervenientes e técnicas – 6 horas
 - 3.3.1. Componentes da observação: interação observador-observado, postura do observador, métodos de observação, objeto de observação e instrumentos de observação.
 - 3.3.2. Observação de aulas no atual regime de avaliação de desempenho docente:

quadro de referência, frequência, duração, metodologia e instrumentos de registo.

3.3.3. Objetividade e subjetividade da observação de aulas

3.3.4. Observação, colaboração e reflexão

3.4. Avaliação e classificação – 3 horas

3.4.1. Avaliação do desempenho docente: articulação entre o referido (instrumentos de registo) e o referente (parâmetros e níveis de desempenho)

3.4.2. Análise e interpretação dos instrumentos de registo em função do referencial de avaliação

3.4.3. Operacionalização da classificação: relação entre os parâmetros e os níveis de desempenho

6. METODOLOGIAS DE REALIZAÇÃO DA AÇÃO (Discriminar, na medida do possível, a tipologia das aulas a ministrar: teóricas, teórico/práticas, práticas, de seminário)

A ação de formação, consentânea com a modalidade de curso de formação, seguirá uma metodologia teórico-prática, combinando momentos de exposição de conteúdos com reflexão participada a partir de tarefas realizadas individualmente e/ou em grupo.

Na componente teórica, seguir-se-á, por um lado, uma metodologia mais expositiva, centrada na transmissão de conteúdos de referência e estruturantes e, por outro lado, a leitura orientada de textos de natureza científica e normativa. As exposições teóricas far-se-ão com o recurso a suportes audiovisuais e a textos previamente selecionados, mas assumindo uma metodologia dialógica e de interação permanente entre formador e formandos.

Na componente prática, privilegiar-se-á uma dinâmica de natureza mais ativa, centrada na discussão, partilha e reflexão entre os formandos, designadamente através de: discussão em pequeno grupo e/ou em pares sobre os conteúdos e materiais selecionados, incutindo interações reflexivas no contexto da formação; aplicação de instrumentos de registos em situações de simulação, suscitando a avaliação mútua entre pares; elaboração e apresentação de materiais, documentos e instrumentos reformulados e/ou produzidos em trabalho de grupo.

Cada sessão de formação será enquadrada por um guião de trabalho que contribuirá para promover a harmonização das metodologias nas diversas turmas.

7. REGIME DE AVALIAÇÃO DOS FORMANDOS

Obrigatoriedade de frequência de 80% do tempo de duração da ação.

Os formandos serão avaliados numa lógica formativa ao longo da ação de formação e numa lógica sumativa a partir das atividades realizadas individualmente e/ou em grupo, de acordo com as seguintes linhas orientadoras:

- **Diagnóstica** – Realizada no início da formação, procurando conhecer as expetativas dos formandos relativamente à ação de formação e perceber a experiência no âmbito da avaliação do desempenho docente e as necessidades de formação específicas com base em interações produzidas;
- **Formativa** – Acompanha todo o trabalho desenvolvido, centrando-se na aquisição e aplicação dos conteúdos, bem como na construção de um portefólio de produtos parcelares e reflexões suscitadas; baseia-se em fichas de observação e autoavaliação;
- **Sumativa** – Realizada no final da ação, centrada na observação dos trabalhos/atividades realizados e na análise do portefólio construído e do relatório de reflexão crítica do trabalho desenvolvido ao longo da ação, destacando os pontos positivos e negativos e propostas de melhoria. Baseia-se em fichas de observação e autoavaliação e listas de verificação.

A avaliação/classificação de cada formando obedece a critérios, que serão partilhados e negociados no início da formação, dentro dos limites dos objetivos e conteúdos desta ação, de acordo com o seguinte:

1- Participação – 40%

- Inclui a participação nas sessões, designadamente a integração nos grupos de trabalho, a participação ativa na realização das tarefas e nos debates o interesse demonstrado e a iniciativa e autonomia.

2- Trabalho produzido – 60%

- Inclui a elaboração de um portefólio de grupo, o qual deverá integrar todas as atividades propostas pelo formador (produção e aplicação de materiais) - 30%.
- Inclui a realização de um relatório individual de reflexão crítica do trabalho desenvolvido ao longo da ação de formação - 30%.

O resultado da avaliação dos formandos será expresso quantitativamente, na escala de 1 a 10, e qualitativamente, de acordo com a seguinte formulação:

1 a 4,9 – Insuficiente;

5 a 6,4 – Regular;

6,5 a 7,9 – Bom
8 a 8,9 – Muito Bom
9 a 10 - Excelente

8. MODELO DE AVALIAÇÃO DA AÇÃO

A ação de formação será monitorizada e avaliada a partir de informação recolhida por instrumentos elaborados para o efeito e aplicados aos diferentes intervenientes do processo formativo:

1- Pelos formandos:

- Inquérito por questionário com o objetivo de obter *feedback*.

2- Pelo formador:

- Inquérito por questionário com o objetivo de obter *feedback*
- Relatório circunstanciado do desenvolvimento da ação

3- Pelo centro de formação:

- Relatório global de avaliação com base nos instrumentos avaliativos da ação utilizados por formandos e formador.

9. BIBLIOGRAFIA FUNDAMENTAL

- Alves, M. P. & Machado, E. A. (2010). *O pólo de excelência. Caminhos para a avaliação do desempenho docente*. Porto: Areal Editores.
- Day, C. (1999). Avaliação do desenvolvimento profissional dos professores. In A. Estrela, & A. Nóvoa, *Avaliação em educação: novas perspectivas* (pp. 95-114). Porto: Porto Editora.
- Danielson, C. (2010). *Melhorar a Prática Profissional - Um Quadro de Referência para a Docência*. Lisboa: Editorial do Ministério da Educação.
- Estrela, A (1994). *Teoria e prática de observação de classes: Uma estratégia de formação de professores*. Porto: Porto Editora.
- Figari, G. (1996). *Avaliar: que referencia?* Porto: Porto Editora.
- Hadji, C. (1994). *Avaliação, Regras do Jogo. Das Intenções aos Instrumentos*. Porto: Porto Editora.
- Machado, E. A., Alves, M. P., & Ribeiro Gonçalves, F. (2011). *Observar e avaliar práticas docentes*. Santo Tirso: De Facto Editores.
- Reis, P. (2011). *Observação de aulas e avaliação do desempenho docente*. Cadernos do CCAP-2. Ministério de Educação: CCAP.
- Trindade, V. (2007). *Práticas de formação. Métodos e técnicas de observação, orientação e avaliação (em supervisão)*. Lisboa: Universidade Aberta.

Data ____ / ____ / ____

Assinatura _____